

VLI Multimodal S.A.

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro 2014 e 2013

Gerência de Contabilidade

Índice

1 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
2 - RELATÓRIO DOS AUDITORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	4
3.1 - <i>Balanços patrimoniais</i>	6
3.2 - <i>Demonstrações do resultado</i>	7
3.3 - <i>Demonstrações do resultado abrangente</i>	8
3.4 - <i>Demonstrações das mutações no patrimônio líquido</i>	9
3.5 - <i>Demonstrações dos fluxos de caixa</i>	10
3.6 - <i>Demonstrações do valor adicionado</i>	11
4 - NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	12
4.1 <i>Contexto operacional</i>	12
4.2 <i>Apresentação das demonstrações contábeis</i>	13
4.3 <i>Resumo das principais políticas contábeis</i>	13
4.4 <i>Estimativas e premissas contábeis críticas</i>	18
4.5 <i>Caixa e equivalentes de caixa</i>	19
4.6 <i>Contas a receber de clientes</i>	19
4.7 <i>Tributos a recuperar</i>	20
4.8 <i>Dividendos a receber</i>	20
4.9 <i>Despesas pagas antecipadamente</i>	20
4.10 <i>Demais contas a receber</i>	20
4.11 <i>Investimentos</i>	21
4.12 <i>Imobilizado</i>	21
4.13 <i>Intangível</i>	22
4.14 <i>Fornecedores</i>	24
4.15 <i>Empréstimos e financiamentos</i>	24
4.16 <i>Obrigações fiscais</i>	25
4.17 <i>Provisões Operacionais</i>	25
4.18 <i>Antecipações de clientes</i>	26
4.19 <i>Dividendos propostos</i>	26
4.20 <i>Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC</i>	26
4.21 <i>Patrimônio líquido</i>	26
4.22 <i>Receita</i>	27
4.23 <i>Custos</i>	28
4.24 <i>Receitas (despesas) operacionais</i>	28
4.25 <i>Resultado financeiro</i>	29
4.26 <i>Imposto de renda e contribuição social</i>	29
4.27 <i>Informação por segmentos de negócios</i>	29
4.28 <i>Partes relacionadas</i>	30
4.29 <i>Gestão de riscos financeiros</i>	31
5 - ADMINISTRAÇÃO E DIRETORES	34

1 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da VLI Multimodal S.A., em cumprimento as suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e estatutários vigentes, apresenta a V.Sas. as Demonstrações Contábeis acompanhadas das respectivas notas explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2015.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes
R. Paraíba, 550 - 12º andar - Funcionários
30130-140 - Belo Horizonte, MG - Brasil
Caixa Postal 3310
30130-970 - Belo Horizonte, MG - Brasil

Central Tel 55 (31) 2128-5700
Fax 55 (31) 2128-5702
Internet www.kpmg.com.br

2 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
VLI Multimodal S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações contábeis da VLI Multimodal S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VLI Multimodal S.A. em 31

de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.1, em 03 de julho de 2013, a Agência Nacional de Transporte Terrestre (“ANTT”), por meio da Resolução 4.131, alterada pela resolução 4.160 de 26 de agosto de 2013, autorizou a controlada Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (“FCA”) a devolver aproximadamente 3.800 (três mil e oitocentos) quilômetros de trechos que compõem a malha ferroviária sob sua concessão atual, dos quais 07 (sete) trechos são considerados “antieconômicos” e 06 (seis) trechos “economicamente viáveis”. De acordo com a referida nota explicativa as possíveis mutações patrimoniais decorrentes deste assunto somente poderão ser registradas após revisão e aprovação dos aditivos contratuais e, também, da efetiva transferência de posse dos bens patrimoniais, incluindo as novas licitações a serem divulgadas pelo Poder Concedente. Estas medidas não aconteceram até o término dos nossos trabalhos. Nenhum ajuste foi incluído nas demonstrações contábeis, individual e consolidada, em função deste assunto. Nossa opinião não contém ressalva quanto a este assunto.

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de compras de serviços e operações de adiantamentos para futuro aumento de capital são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 4.28 às demonstrações contábeis. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

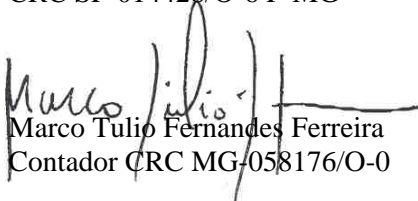
Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 26 de março de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentada como informação suplementar uma vez que não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 11 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Marco Tulio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG/058176/O-0

3 - Demonstrações contábeis

3.1 - Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de Reais			
	Notas	31/12/2014	31/12/2013
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.5	280.708	36.211
Contas a receber	4.6	167.879	157.844
Tributos a recuperar	4.7	144.040	50.122
Despesas pagas antecipadamente	4.9	3.860	508
Dividendos a receber	4.8	9.289	14.239
Demais contas a receber	4.10	4.409	-
		<u>610.185</u>	<u>258.924</u>
Não circulante			
Contas a receber	4.6	-	8.417
Depósitos judiciais		600	-
Tributos a recuperar	4.7	39.549	20.516
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.20	2.502.658	2.175.452
Investimento	4.11	3.042.457	2.968.210
Imobilizado	4.12	1.797.394	798.174
Intangível	4.13	12.941	20.333
		<u>7.395.599</u>	<u>5.991.102</u>
Total do ativo		<u>8.005.784</u>	<u>6.250.026</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	4.15	6.072	575
Fornecedores	4.14	319.285	273.469
Obrigações fiscais	4.16	28.310	8.725
Dividendos propostos	4.19	49.070	-
Provisões operacionais	4.17	4.523	-
Antecipações de clientes	4.18	235	435
Demais contas a pagar		186	-
		<u>407.681</u>	<u>283.204</u>
Não circulante			
Empréstimos e Financiamentos	4.15	1.139.366	181.978
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	4.20	2.336.631	1.820.279
		<u>3.475.997</u>	<u>2.002.257</u>
Patrimônio líquido	4.21		
Capital social		3.985.184	4.070.092
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(20.619)	(20.619)
Reservas de lucros		157.541	-
Lucros e Prejuízos acumulados		-	(84.908)
		<u>4.122.106</u>	<u>3.964.565</u>
		<u>-</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido		<u>4.122.106</u>	<u>3.964.565</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>8.005.784</u>	<u>6.250.026</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.2 - Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de Reais

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita líquida de serviços prestados	4.22	1.883.762	1.712.802
Custo dos serviços prestados	4.23	(1.568.415)	(1.535.368)
Lucro bruto		<u>315.347</u>	<u>177.434</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	4.24 (a)	(129.090)	(115.306)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.24 (c)	14.362	18.558
		<u>(114.728)</u>	<u>(96.748)</u>
Resultado operacional antes das participações e resultado financeiro		<u>200.619</u>	<u>80.686</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial		83.536	251.450
Resultado financeiro	4.25	<u>(18.388)</u>	<u>8.310</u>
Despesas financeiras		(28.848)	(4.581)
Receitas financeiras		9.775	12.646
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial		685	245
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>265.767</u>	<u>340.446</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.26	(59.156)	(27.611)
Lucro líquido do exercício		<u>206.611</u>	<u>312.835</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações R\$		<u>1,09</u>	<u>1,66</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.3 - Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de Reais

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro líquido do exercício		<u>206.611</u>	<u>312.835</u>
Outros componentes do resultado abrangente			
Previdência privada de investidas	4.10(c)	<u> </u>	<u>(491)</u>
			<u>(491)</u>
Total do resultado abrangente do exercício		<u>206.611</u>	<u>312.344</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.4 - Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de Reais

	Capital Social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de Retenção de lucros		
31 de dezembro de 2012	4.070.092	(20.128)			(397.743)	3.652.221
Resultado abrangente do período						
Lucro líquido do exercício					312.835	312.835
Outros resultados abrangentes						
Previdência privada de investidas		(491)				(491)
31 de dezembro de 2013	4.070.092	(20.619)	-	-	(84.908)	3.964.565
Resultado abrangente do período						
Lucro líquido do exercício					206.611	206.611
Redução de capital com absorção de prejuízo	(84.908)				84.908	
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas						
Constituição de reservas			10.331	147.210	(157.541)	-
Dividendos					(49.070)	(49.070)
31 de dezembro de 2014	3.985.184	(20.619)	10.331	147.210	-	4.122.106

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.5 - Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	206.611	312.835
Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial	(83.536)	(251.449)
Depreciação e amortização	526.691	514.017
Provisão para perdas e contingências	1.532	1.075
Despesas com variação monetária/cambial	(684)	(245)
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado		446
Baixa de Ativos		163.582
Resultado financeiro não realizado	5.496	576
	<u>656.110</u>	<u>740.837</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(3.150)	26.581
Tributos a recuperar	(112.675)	(39.554)
Despesas antecipadas	(3.821)	(99)
Depósitos judiciais e garantias	(552)	
Demais contas a receber	9.006	(36.368)
Fornecedores	46.998	191.177
Impostos, taxas e contribuições a recolher	19.585	2.994
Salários e obrigações sociais	181	
Outros passivos	4.799	(2.142)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>616.481</u>	<u>883.426</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Compra de ativo imobilizado e intangível	(1.518.518)	(1.092.514)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(327.206)	(622.287)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(1.845.724)</u>	<u>(1.714.801)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos com instituições financeiras	957.388	181.978
Adiantamento para futuro aumento de capital	516.352	580.980
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>1.473.740</u>	<u>762.958</u>
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>244.496</u>	<u>(68.417)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	36.211	104.628
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	280.708	36.211

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.6 - Demonstrações do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receitas		
Vendas brutas de serviços	2.208.811	2.012.478
Outras receitas (despesas)	26.619	41.898
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/constituição	(1.532)	(1.075)
	<u>2.233.898</u>	<u>2.053.301</u>
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(122.317)	(259.851)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.183.729)	(992.931)
Outros	(111)	(445)
	<u>(1.306.157)</u>	<u>(1.253.227)</u>
Valor Adicionado bruto	<u>927.741</u>	<u>800.074</u>
Depreciação, amortização e exaustão	(526.691)	(514.016)
	<u>401.050</u>	<u>286.058</u>
Valor Adicionado líquido produzido pela entidade		
Valor Adicionado recebido em transferência		
Resultado de participações societárias	83.537	251.450
Receitas financeiras	11.085	15.490
	<u>94.622</u>	<u>266.940</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>495.672</u>	<u>552.998</u>
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	143.925	153.503
Estaduais	90.830	58.945
Municipais	24.832	20.534
	<u>259.587</u>	<u>232.982</u>
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros	29.474	7.181
	<u>29.474</u>	<u>7.181</u>
Remuneração de Capital próprio		
Lucro líquido do exercício	206.611	312.835
	<u>206.611</u>	<u>312.835</u>
Valor Adicionado distribuído	<u>495.672</u>	<u>552.998</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

4 - NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 Contexto operacional

A VLI Multimodal S.A. (doravante denominada “Companhia”) com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, é controlada pela VLI S.A e tem por objeto social as seguintes atividades:

- (a) prestação de serviços de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e rodoviário, dentre outros, isoladamente ou combinados entre si de forma intermodal ou multimodal, inclusive atuando como operador de transporte multimodal - OTM;
- (b) construção, conservação, manutenção e monitoramento, operação e exploração de ferrovias e;
- (c) exploração de atividades relacionadas direta ou indiretamente a serviços de transporte de carga, tais como: carga, descarga e transbordo, gestão e administração de terminais rodoviários e ferroviários, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, agenciamento de cargas, incluindo a contratação de espaço para embarques rodoviários, ferroviários, marítimos e portuários, projetos logísticos para o transporte de carga, transporte rodoviário de carga de produtos perigosos ou não.

A Companhia poderá exercer outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a realização plena de seu objeto social, podendo ainda participar, sob qualquer modalidade, de outros empreendimentos.

A VLI Multimodal S.A. iniciou suas atividades operacionais em maio de 2011.

Em 30 de novembro de 2011, a Vale Operações Ferroviárias S.A. passou a denominar-se VLI Multimodal S.A..

Ferrovia Centro-Atlântica S.A.

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (doravante denominada “FCA”, ou “Ferrovia Centro-Atlântica”) com sede na cidade de Belo Horizonte, tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário. A FCA é controlada direta da VLI Multimodal S.A. que detém 99,99% de seu capital social.

Foi anunciada no dia 3 de julho, pelo Governo Federal, a Resolução Nº 4.131 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que autoriza a Ferrovia Centro-Atlântica a proceder com a desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolverá um total de 13 trechos entre eles: 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis.

A ANTT estabelecerá valor máximo de dispêndio anual com os investimentos nos trechos remanescentes, de maneira a garantir a estabilidade econômico-financeira da concessão. A administração da FCA entende que os investimentos serão contabilizados contra o intangível referente à concessão, na medida em que forem realizados.

A desativação dos seis trechos atenderá a um cronograma aprovado pela ANTT, garantindo à FCA sua capacidade operacional nos novos trechos do PIL, de forma a dar continuidade aos volumes previstos para atender aos atuais usuários do transporte ferroviário. Além disso, a FCA continuará pagando trimestralmente os devidos valores referentes ao arrendamento e à concessão da malha até o término do contrato com o Governo Federal.

As possíveis mutações patrimoniais decorrentes deste assunto somente poderão ser registradas após revisão e aprovação dos aditivos contratuais e, também, da efetiva transferência de posse dos bens patrimoniais, incluindo as novas licitações a serem divulgadas pelo Poder Concedente.

Ferrovias Norte Sul S.A.

A Ferrovias Norte Sul S.A. (doravante denominada "FNS") com sede na Cidade de São Luís no Estado do Maranhão tem por objeto social principal realizar a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão. A FNS é controlada direta da VLI Multimodal S.A. que detém 79,12% de seu capital social.

4.2 Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia, as quais serão submetidas para aprovação em Assembleia Geral Ordinária prevista para 29 de abril de 2015.

4.3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados.

(a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade estão divulgadas na Nota 4.4.

Demonstrações contábeis consolidadas

A Companhia não apresenta suas demonstrações contábeis de forma consolidada, conforme permitido pelo CPC 36, considerando os seguintes aspectos: (a) a VLI Multimodal S.A. é uma controlada da VLI S.A., a qual não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia; (b) os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Companhia não são negociados em mercado aberto; (c) a VLI Multimodal S.A. não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações contábeis na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, ou outro órgão regulador, visando a emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto; e (d) a controladora da Companhia disponibiliza ao público suas demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

(c) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de “empréstimos e recebíveis”. Essa classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão das demonstrações contábeis (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes e de partes relacionadas, despesas pagas antecipadamente, adiantamentos para futuro aumento de capital, fornecedores, demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(d) Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data das demonstrações contábeis, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“impairment”).

(e) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a uma taxa de juros efetiva.

(f) Investimentos em controladas

Entidades controladas são aquelas, nas quais, de forma direta ou indireta a Controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para obtenção de benefícios de suas atividades, normalmente acompanhada de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante).

Nas demonstrações contábeis os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As políticas contábeis das controladas são as mesmas da Companhia.

O uso do método de equivalência patrimonial será suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada e deixar de ter controle sobre a até então controlada, exceto no balanço individual, se a investida passar de controlada para coligada. Quando o método de equivalência é

suspensão, o investimento será tratado como instrumento financeiro de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Havendo perda de influência e do controle, o investimento remanescente na ex-coligada ou ex-controlada passará a ser avaliado pelo valor justo e a Companhia reconhece no resultado do período qualquer diferença entre:

- (a) o valor justo do investimento remanescente, se houver, e qualquer montante proveniente da alienação parcial de sua participação na coligada e na controlada; e
- (b) o valor contábil do investimento na data em que foi perdida a influência significativa ou foi perdido o controle.

(g) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas, líquidas".

A vida útil dos bens patrimoniais está apresentada na Nota 4.12.

(h) Intangível

O intangível refere-se a direitos adquiridos de comercialização de transporte ferroviário.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

As estimativas de vida útil do intangível estão apresentadas na nota 4.13.

(i) Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

(j) Tributos sobre o lucro

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

(l) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

(m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possui contingências prováveis a serem provisionadas.

(n) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços portuários e transporte ferroviário e movimentação portuária no curso normal das atividades da Companhia e de receitas acessórias ligadas às atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) Os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o cliente;
- 2) Os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e
- 3) Seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

(o) Dividendos

De acordo com o Estatuto será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

(p) Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o real (R\$).

(q) Apresentação de informação por segmento

Conforme descrito na Nota 4.27, a Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

(r) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - entra em vigor em 1o de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - com vigência para 1o de janeiro de 2018, substitui a orientação no IAS 39- "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

s) Capital Social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais não resgatáveis, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração.

t) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado (“DVA”), consolidadas e da controladora, de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentados como informação suplementar.

4.4 Estimativas e premissas contábeis críticas

A Companhia preparou suas demonstrações contábeis com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para contingências prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

4.4.1 - Estimativas e premissas contábeis críticas

O Grupo preparou suas demonstrações contábeis com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acreditam serem razoáveis e relevantes.

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial do Grupo, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira do Grupo, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

- i.* Redução do valor recuperável de ativos - A administração do Grupo adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".
- ii.* Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível - O Grupo reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

- iii. Provisão para contingências - O Grupo constituiu provisões para contingências com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.
- iv. Tributos sobre o lucro diferidos - O Grupo reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos contábeis. A constituição dos tributos sobre o lucro diferidos, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.

4.5 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa é composto como segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e Bancos	6.301	3.799
Aplicações Financeiras	274.407	32.412
	<u>280.708</u>	<u>36.211</u>

As aplicações financeiras referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 100,69% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

4.6 Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante		
Contas a receber de clientes	164.396	115.248
Contas a receber partes relacionadas	6.564	44.146
Menos: Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(3.081)	(1.550)
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>167.879</u>	<u>157.844</u>
Não circulante		
Contas a receber de clientes	-	8.417
		<u>8.417</u>

As análises de vencimentos dessas contas a receber estão apresentadas abaixo:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
A vencer	152.578	130.161
Vencidos até 3 meses	6.610	15.170
Vencidos de 3 a 6 meses	1.854	8.799
Vencidos acima 6 meses	9.918	13.681
	<u>170.960</u>	<u>167.811</u>

As análises de vencimentos dos créditos com empresas ligadas apresentadas abaixo:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
A vencer	3.569	25.874
Vencidos acima 6 meses	2.995	26.689
Contas a receber de clientes	<u>6.564</u>	<u>52.563</u>

4.7 Tributos a recuperar

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante		
ICMS a recuperar	17.975	12.166
Imposto de renda retido na fonte	5.179	2.323
PIS e COFINS a compensar	90.642	16.791
Imposto de renda e contribuição social antecipados	19.002	18.576
ISS	-	266
Outros	11.242	
	<u>144.040</u>	<u>50.122</u>
Não Circulante		
ICMS a recuperar	39.549	20.516
	<u>39.549</u>	<u>20.516</u>

4.8 Dividendos a receber

Os dividendos apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 foram propostos pela FNS, sendo constituídos conforme previsto no estatuto social da companhia, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. O valor esta de acordo com o percentual de controle da Companhia de 79,12%.

4.9 Despesas pagas antecipadamente

Referem-se à contratação de seguros de Responsabilidade Civil Geral, Riscos Operacionais, Transporte Internacional Importação, Transporte Nacional, Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário e Responsabilidade Civil Operador Portuário vigentes de outubro de 2014 a novembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2014, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante		
Prêmios de seguros pagos antecipadamente	3.860	508
	<u>3.860</u>	<u>508</u>

	<u>Valor</u>	<u>Parcelas a Apropriar</u>	<u>Vigência</u>
Circulante			
Prêmios de seguros pagos antecipadamente			
Responsabilidade Civil Geral	2.304	11 parc. R\$192	2.112
Riscos Operacionais	2.126	9 parc. R\$177 e 1 parc.155	1.748
			<u>3.860</u>

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Valores em milhares</u>
Responsabilidade Civil Geral	All Risk	R\$ 25.000
Riscos Operacionais	All Risk	R\$ 250.000
Transporte Internacional Importação	All Risk	USD 8.000
Transporte Nacional	All Risk	R\$ 150 por evento
Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário - RCTF-C	All Risk	R\$ 20.000 por evento R\$200 para container
Responsabilidade Civil Operador Portuário	All Risk	USD 50.000

4.10 Demais contas a receber

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante		
Adiantamento a fornecedores	1.121	
Outras contas	3.288	
	<u>4.409</u>	

4.11 Investimentos

(a) Composição dos saldos de participações societárias

	31/12/2014	31/12/2013
Ferrovias Centro Atlântica S.A (FCA)	1.567.147	1.529.173
Ferrovias Norte Sul S.A (FNS)	1.475.310	1.439.037
	3.042.457	2.968.210

(b) Movimentação dos investimentos

	31/12/2014		
	FCA	FNS	Controladora
Movimentação dos investimentos			
Investimento inicial em 31 de dezembro de 2013	1.529.173	1.439.037	2.968.210
Resultado de equivalência patrimonial			-
Resultado das controladas	37.974	45.562	83.536
Dividendos propostos		(9.289)	(9.289)
Saldo no final do exercício	<u>1.567.147</u>	<u>1.475.310</u>	<u>3.042.457</u>

	31/12/2013		
	FCA	FNS	Controladora
Investimento inicial em 31 de dezembro de 2012	1.372.955	1.358.534	2.731.489
Resultado de equivalência patrimonial			
Resultado das controladas	156.449	95.000	251.450
Ajuste de avaliação patrimonial (Planos de pensão de investidas)	(231)	(260)	(491)
Dividendos propostos		(14.238)	(14.238)
Saldo no final do exercício	<u>1.529.173</u>	<u>1.439.037</u>	<u>2.968.210</u>

(c) Informações sobre controladas

	%					31/12/2014	31/12/2013
	Participação	Número de Ações	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Resultado do Exercício
Ferrovias Centro Atlântica S.A.	99,99%	210.197.522.720.503	4.383.432	2.816.284	1.567.147	37.974	156.449
Ferrovias Norte Sul S.A.	79,12%	1.354.911.139	2.154.090	289.442	1.864.648	57.587	120.073

4.12 Imobilizado

				31/12/14	31/12/13	
	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Bens em operação						
Equipamentos autônomos			18.798	(388)	18.410	
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	140	(13)	127	
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	1.878	(344)	1.534	
Locomotivas	25 anos	4,00%	681.796	(31.941)	649.855	373.819
Vagões	33,3 anos	3,00%	778.823	(21.272)	757.551	193.626
			<u>1.481.435</u>	<u>(53.958)</u>	<u>1.427.477</u>	<u>567.445</u>
Terrenos			11.772		11.772	11.293
Adiantamento a fornecedores de imobilizado			30.595		30.595	31.173
Benfeitorias em curso			327.550		327.550	188.263
			<u>369.917</u>		<u>369.917</u>	<u>230.729</u>
			1.851.352	(53.958)	1.797.394	798.174

Composição das benfeitorias em curso

	31/12/14	31/12/13
Modernização e aquisição de Vagões	43.280	72.442
Modernização e aquisição de Locomotivas	63.580	22.189
Melhorias em instalações administrativas e de apoio	21.570	2.437
Aquisição de Equipamentos Ferroviários	29.050	
Desenvolvimento TI	55.530	3
Melhoria Operação Ferroviária	114.298	90.617
Aquisição de Terreno	242	575
	<u>327.550</u>	<u>188.263</u>

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está sumarizada da seguinte forma:

Imobilizado - Custo	31/12/13	Adições	Baixas	Transferências	31/12/14
Equipamentos autônomos				18.798	18.798
Bens administrativos/auxiliares				140	140
Equipamentos e aplicativos de informática				1.878	1.878
Locomotivas	382.388			299.408	681.796
Vagões	198.277			580.546	778.823
	<u>580.665</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>900.770</u>	<u>1.481.435</u>
Terrenos	11.293			479	11.772
Adiantamento fornecedores imobilizado	31.173	41.185	(41.763)		30.595
Benfeitorias em curso	188.263	1.040.536		(901.249)	327.550
	<u>230.729</u>	<u>1.081.721</u>	<u>(41.763)</u>	<u>(900.770)</u>	<u>369.917</u>
	<u>811.394</u>	<u>1.081.721</u>	<u>(41.763)</u>		<u>1.851.352</u>

Imobilizado - depreciação	31/12/13	Adições	31/12/14
Equipamentos autônomos		(388)	(388)
Bens administrativo-auxiliares		(13)	(13)
Equipamentos e aplicativos de informática		(344)	(344)
Locomotivas	(8.569)	(23.372)	(31.941)
Vagões	(4.651)	(16.621)	(21.272)
	<u>(13.220)</u>	<u>(40.738)</u>	<u>(53.958)</u>

4.13 Intangível

	31/12/14		31/12/13	
	Custo histórico	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito contratual (i)	426.662	(426.662)	-	-
Direito contratual (ii)	37.000	(24.059)	12.941	20.333
Direito contratual (iii)	51.899	(51.899)	-	-
	<u>515.561</u>	<u>(502.620)</u>	<u>12.941</u>	<u>20.333</u>

Intangível - custo	31/12/13	Adições	31/12/14
Direito contratual (i)		426.662	426.662
Direito contratual (ii)	37.000		37.000
Direito contratual (iii)		51.899	51.899
	<u>37.000</u>	<u>478.561</u>	<u>515.561</u>

Intangível - amortização	31/12/13	Adições	31/03/14
Direito contratual (i)		(426.662)	(426.662)
Direito contratual (ii)	(16.667)	(7.392)	(24.059)
Direito contratual (iii)		(51.899)	(51.899)
	<u>(16.667)</u>	<u>(485.953)</u>	<u>(502.620)</u>

(i) Contrato celebrado entre Vale S.A e VLI Multimodal S.A

A Companhia adquiriu da Vale S.A o direito de opção de reservar a capacidade produtiva das ferrovias - Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitória- Minas ("EFC" e "EFVM" respectivamente), destinada à prestação de serviços de transportes de carga geral, objeto da concessão conferida a Vale S.A..

A opção do direito de reserva de capacidade é calculada com base nos ativos destinados à prestação dos serviços de transporte ferroviários de carga geral para as quais a Vale S.A reservou a capacidade de transporte.

A vigência deste direito contratual esta vinculada à concessão ferroviária celebrada entre a Vale S.A. e a União Federal.

O prazo de amortização dos direitos foi limitado ao período de vigência do contrato de opção de reserva de capacidade. A referida opção foi efetuada em base anual sendo renovável pelo mesmo período.

O Direito a reserva de capacidade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

O contrato se enquadra dentro das operações da Companhia e não se refere à operação com expectativa de ganho financeiro ou especulativo.

(i) Contrato celebrado entre Ferrovia Centro Atlântica S.A e VLI Multimodal S.A

O exercício da opção da Reserva de Capacidade celebrado com a Ferrovia Centro Atlântica S.A garante a Companhia a capacidade dos serviços, podendo ser negociada, na qualidade de operador de transporte multimodal (OTM), com clientes e terceiros interessados, desde que sua atuação comercial esteja pautada de acordo com as normas da Concessão da Malha Centro-Leste.

Será devido a FCA, o valor de R\$ 87.663 milhões anuais, calculados com base na remuneração de seus ativos, proporcionais aos volumes transportados no corredor centro-leste. Sua remuneração será apurada até o dia 15 de janeiro de cada ano e será reajustada anualmente pelo índice geral de preços médios (IGP-M).

A vigência deste direito contratual esta vinculada à concessão ferroviária celebrada entre a FCA. e a União Federal.

O prazo de amortização dos direitos foi limitado ao período de vigência do contrato de opção de reserva de capacidade. A referida opção foi efetuada em base anual sendo renovável pelo mesmo período.

O Direito a reserva de capacidade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

(ii) Aquisição dos direitos contratuais de propriedade da Log in Intermodal S.A.

Direito Contratual adquirido para execução dos transportes multimodais de cargas containerizadas na malha Centro Oeste, objeto de concessão conferida a FCA. O contrato foi reconhecido pelo custo de aquisição e será amortizado pelo período do contrato de concessão, celebrado entre a FCA e a União Federal.

(iii) Direitos de exclusividade da Vale S.A

Refere-se ao direito de exclusividade intransferível da VLI Multimodal de contratar a prestação exclusiva dos serviços portuários e acessórios prestados pela Vale S.A, nos terminais, resguardada e excluída da exclusividade, tão somente, a operação portuária das cargas próprias da Vale S.A e de suas empresas coligas e controladas.

A VLI Multimodal é empresa controlada pela VLI, constituída com o objetivo social de prestar serviços de transporte multimodal e atender de forma eficaz o segmento de carga geral, zelando pela garantia do escoamento da produção dos diversos setores produtores, exercendo importante papel centralizador no ajuste de procedimentos comerciais e operacionais junto a Vale S.A.

A Vale S.A é titular de autorização para exploração dos terminais portuários privativos de uso misto Terminal Privativo de Uso Misto de Praia Mole (TPM), Terminal de Produtos Diversos (TPD) e Terminal de Granéis Líquidos, todos na cidade de Vitória/ES.

O Direito de Exclusividade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

O valor a ser pago anualmente será em função dos custos efetivamente realizados pela Vale S.A para a prestação dos serviços.

4.14 Fornecedores

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fornecedores terceiros (a)	147.675	37.784
Fornecedores partes relacionadas	171.610	235.685
	<u>319.285</u>	<u>273.469</u>
(a) Fornecedores terceiros		
Mercado interno	136.822	37.784
Mercado externo	10.853	-
	<u>147.675</u>	<u>37.784</u>

4.15 Empréstimos e financiamentos

a) Por instituição financeira

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante		
Banco do Brasil	2.138	482
BNDES	100	93
BTG Pactual	719	
Santander	38	
Votorantim	278	
Bradesco	781	
Itaú	2.018	
	<u>6.072</u>	<u>575</u>
Não circulante		
Banco do Brasil	315.241	90.989
BNDES	90.989	90.989
BTG Pactual	114.863	
Santander	29.497	
Votorantim	37.684	
Bradesco	105.766	
Itaú	454.606	
Custo de Transação	(9.280)	
	<u>1.139.366</u>	<u>181.978</u>

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo anterior	182.553	
Ingressos de empréstimos e financiamentos		
Banco do Brasil	224.252	90.989
BNDES		90.989
BTG Pactual	114.863	
Itaú	454.606	
Votorantim	37.684	
Bradesco	105.766	
Santander	29.535	
Encargos pagos		
Banco do Brasil	(482)	
BNDES	(93)	
Encargos provisionados		
BNDES	100	93
Banco do Brasil	2.138	482
BTG Pactual	719	
Itaú	2.018	
Votorantim	278	
Bradesco	781	
Custo de Transação	(9.280)	
Saldos finais	<u>1.145.438</u>	<u>182.553</u>

c) As parcelas de longo prazo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 tem vencimento nos seguintes anos:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2016	48.529	23.830
2017	142.510	25.997
2018	159.052	25.997
2019	156.504	25.997
2020 em diante	642.051	80.157
Custo de Transação	(9.280)	
	<u>1.139.366</u>	<u>181.978</u>

d) A taxa de juros para as dívidas de longo prazo são de até 3% a.a...

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Até 3%	1.139.366	181.978
	<u>1.139.366</u>	<u>181.978</u>

Em 31 de dezembro de 2014 o valor justo dos empréstimos é o mesmo que o valor contábil apresentado nas demonstrações.

i) Garantias

Os empréstimos contratados em 2012 do Banco do Brasil e BNDES que compõe parte dos saldos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2014 são garantidos pela Vale S.A. Estes empréstimos tem carência para pagamento das parcelas de principal até 2016. Durante o período de carência serão pagos apenas os encargos financeiros a cada 3 meses.

Os empréstimos contratados em 2013 dos bancos Votorantim, Itaú, Banco do Brasil, BTG Pactual e Bradesco que compõe parte dos saldos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2014 feitos para VLI Multimodal, são garantidos pelo sócio controlador VLI S.A. e alienação fiduciária Estes empréstimos tem carência para pagamento das parcelas de principal até 2017. Durante o período de carência serão pagos apenas os encargos financeiros a cada 3 meses.

ii) Covenants

Os principais *covenants* obrigam aos garantidores dos empréstimos e financiamentos a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e de cobertura de juros. Não identificamos nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2014.

4.16 Obrigações fiscais

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante		
IRPJ (imposto de Renda Pessoa Jurídica)	10.694	
ICMS (Impostos s/ Circulação de Mercadorias e Serviços)	6.051	3.464
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	122	
PIS, COFINS	9.129	4.094
ISS (Imposto s/ Serviços)	2.314	1.167
	<u>28.310</u>	<u>8.725</u>

4.17 Provisões Operacionais

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Seguro responsabilidade Civil	2.304	
Seguro risco Operacional	2.126	
Outros operacionais	93	
	<u>4.523</u>	<u>-</u>

4.18 Antecipações de clientes

Referem-se a adiantamentos recebidos de clientes que, em 31 de dezembro de 2014, somavam R\$ 235 (2013 - R\$ 435). Esses adiantamentos advêm dos esforços da Companhia junto a seus parceiros (clientes) para antecipar valores que serão abatidos de fretes a serem tomados ao longo do período. Os adiantamentos em questão são atualizados com juros (entre 7,15% e 11% ao ano) e variação do IGPM mensal, para manter sua capacidade de aquisição constante.

4.19 Dividendos propostos

Os dividendos foram constituídos conforme previsto no estatuto social da companhia, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

As propostas da administração para distribuição dos resultados dos exercícios foram a seguinte :

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro líquido do exercício	206.611	312.835
(-) Compensação de prejuízos acumulados	-	(397.743)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício ajustado	206.611	(84.908)
Reserva legal - 5%	(10.331)	-
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	196.280	-
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<u>(49.070)</u>	<u>-</u>

4.20 Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC

Referem-se aos valores repassados pela VLI S.A à Companhia que posteriormente, são repassados às controladas, visando atender às necessidades de capital de giro e de investimentos correntes das companhias.

Estes adiantamentos foram emitidos em caráter irrevogável e estão sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembleia geral dos acionistas. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixados na data de concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro.

4.21 Patrimônio líquido

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 o capital social da Companhia está representado por 188.773.564.256 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da assembleia geral de acionistas.

b) Reservas

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com os termos da Lei das Sociedades Anônimas.

A reserva para retenção de lucros é destinada a cobrir o orçamento de capital tendo sido constituída com a finalidade de financiar os investimentos da Companhia.

c) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os titulares de ações preferenciais terão prioridade no recebimento dos dividendos a serem distribuídos.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, caso dividendos sejam propostos, estes serão reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

d) Lucro por ação

(i) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no período. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do lucro líquido por ação.

(ii) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais diluídas.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Cálculo da média ponderada		
(188.773.564.256 x 12/12)	188.773.564.256	188.773.564.256
Lucro líquido do exercício	206.611	312.835
Ações em 31 de Dezembro	188.773.564.256	188.773.564.256
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil de ações R\$	1,09	1,66

4.22 Receita

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita Bruta		
Receita de transporte ferroviário	1.704.670	1.465.444
Receita de utilização de pátios	2	1.180
Receita de estadia de vagões	928	15.888
Receita de serviços portuários	495.137	407.664
Receita de serviços acessórios	8.074	122.302
	2.208.811	2.012.478
Impostos sobre serviços		
ISS	(24.772)	(20.519)
ICMS	(95.431)	(101.136)
PIS	(44.799)	(31.755)
COFINS	(160.047)	(146.266)
	(325.049)	(299.676)
	1.883.762	1.712.802
Receita líquida dos serviços vendidos	1.883.762	1.712.802

4.23 Custos

Os custos dos serviços vendidos estão assim representados

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Serviços contratados	(1.039.921)	(1.021.351)
Depreciação	(40.381)	(15.180)
Amortização Direito Contratual	(485.953)	(498.837)
Outros	(2.160)	
	<u>(1.568.415)</u>	<u>(1.535.368)</u>

4.24 Receitas (despesas) operacionais

a) Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Serviços contratados	(128.732)	(115.265)
Diversos		(41)
Tributos	(1)	
Depreciação	(357)	
	<u>(129.090)</u>	<u>(115.306)</u>

Em 30 de dezembro 2011, considerando que a Companhia é controlada direta da VLI S.A foi celebrado entre as partes um Acordo de Cooperação para Compartilhamento de Custos para a realização de atividades administrativas nas áreas comercial, financeira e planejamento, administrativa, gestão integrada, jurídica, regulatório, comunicação e RH.

O critério para o compartilhamento de tais custos e despesas é determinado em virtude da especificidade de cada uma das áreas envolvidas, levando-se em consideração (i) a natureza e os custos das atividades desenvolvidas pelas áreas compartilhadas ou (ii) a proporção da Companhia no somatório das receitas entre ele e sua controladora.

O prazo de vigência do referido acordo é de 24 meses, sendo renovado por igual período.

(b) Outras (despesas) receitas, líquidas

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	3.623	
Recuperação de despesas	1.047	36.527
Multas contratuais	21.948	5.354
Outros		17
	<u>26.618</u>	<u>41.898</u>
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(2.032)	(2.930)
Baixa de Ativos		(445)
Perda de recebíveis		(402)
Pesquisa e desenvolvimento		(160)
Multas contratuais	(3.978)	(8.003)
Outras operacionais	(2.214)	(6)
Indenizações	(2.500)	(10.319)
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(1.532)	(1.075)
	<u>(12.256)</u>	<u>(23.340)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>14.362</u>	<u>18.558</u>

4.25 Resultado financeiro

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	8.949	7.197
Juros, taxas e multas de mora	250	5.437
Outras receitas financeiras	576	12
	9.775	12.646
Despesas Financeiras		
Despesas com IOF	(3.077)	(158)
Encargos sobre empréstimo e financiamento	(23.409)	(2.861)
Encargos por atraso		(1.480)
Juros sobre adiantamentos de clientes		(35)
Juros, taxas e multas	(132)	(20)
Outras despesas financeiras	(2.230)	(27)
	(28.848)	(4.581)
Receitas(despesas) com variação monetária e cambial	685	245
	685	245
Resultado financeiro	(18.388)	8.310

4.26 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia não constitui ativo e passivo diferido de imposto de renda e contribuição social (tributos sobre o lucro), principalmente em função de ainda não apresentar um histórico de lucros tributáveis.

O valor total não reconhecido de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa, respectivamente totaliza R\$ 2.712 em 31 de dezembro de 2014 (2013- R\$ 9.105).

(b) Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2014		31/12/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação	265.767	265.767	340.447	340.447
Adições (exclusões) permanentes:				
Despesas não dedutíveis	415	291		
Equivalência Patrimonial	(83.537)	(83.537)	(251.450)	(251.450)
Outras			(1.756)	(1.883)
Adições (exclusões) temporárias:				
Constituição (reversão) de perdas de créditos, líquida	1.532	1.532		
Constituição (Reversão) de outras provisões, líquida	4.896	4.896	1.075	1.075
Base de cálculo	189.073	188.949	88.316	88.189
Compensação de prejuízos fiscais		(56.597)		(26.457)
Lucro real após prejuízo fiscal	189.073	132.352	88.316	61.732
Imposto de renda e contribuição social - (IRPJ - 25% e CSLL 9%)	(47.244)	(11.912)	(22.055)	(5.556)
Imposto de renda e contribuição	(47.244)	(11.912)	(22.055)	(5.556)

4.27 Informação por segmentos de negócios

Considerando que as atividades da Companhia apresentam características econômicas e financeiras similares e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas.
- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

4.28 Partes relacionadas

As partes relacionadas apresentadas no quadro abaixo podem ser classificadas da seguinte forma:

Vale S.A.	Controladora indireta
VLI S.A	Controladora direta
FNS	Controlada
FCA	Controlada

As transações entre as partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balço Patrimonial	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ativo circulante		
Contas a receber		
Vale S/A (a)	6.506	44.084
Vale Fertilizantes S.A	58	62
	<u>6.564</u>	<u>44.146</u>
Ativo não circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		
Ferrovia Centro Atlântica S.A	2.433.892	2.140.333
Ferrovia Norte Sul S.A	68.766	35.119
	<u>2.502.658</u>	<u>2.175.452</u>
Passivo Circulante		
Fornecedores (b)		
Ferrovia Centro Atlântica S.A	39.538	91.722
VLI S.A	9.646	9.334
Vale S/A	122.426	134.629
	<u>171.610</u>	<u>235.685</u>
Passivo não Circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (c)		
VLI S.A	2.336.631	1.820.279
	<u>2.336.631</u>	<u>1.820.279</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo a receber da Vale S.A. em 2014 de R\$ 6.506 (2013 - R\$ 44.084) no ativo circulante refere-se a "take or pay" oriundo do Contrato de Prestação de Serviço, ao repasse de faturamento de frete de transporte ferroviário recebido indevidamente pela Vale S.A., além de valores pagos a maior pela Companhia a Vale S.A..
No ativo não circulante, o montante em 2014 de R\$ 2.502.658 (2013 - R\$ 2.175.452) refere-se a adiantamentos para futuro aumento de capital efetuado para sua controlada FCA.
- (b) Os valores a pagar a Partes relacionadas no passivo circulante são referentes aos Contratos de Prestação de Serviço Ferroviário com a Vale S.A em 2014 R\$ 122.426 e 2013 R\$ 134.629 e com FCA em 2014 R\$ 39.538 e 2013 R\$ 91.722; e ao compartilhamento de custos e despesas administrativas da VLI S.A. no montante de R\$ 9.646 em 2014 e 2013 R\$ 9.334.

- (c) No passivo não circulante, o montante de R\$ 2.336.630 (2013 - R\$ 1.820.279) refere-se a adiantamentos para futuro aumento de capital de sua controladora VLI S.A.

Demonstrações do Resultado

Receitas

Outras Receitas (despesas) Operacionais

Vale S/A (e, f, g)	1.262	13.976
Ferrovia Centro Atlântica S.A (f)		14.270
VLI S/A (h)	-	(78.467)
	<u>1.262</u>	<u>(50.221)</u>

Custo com aluguel de equipamentos

Ferrovia Centro Atlântica S.A	(150.159)	(50.773)
Ferrovia Norte Sul S.A	(25.264)	(9.492)
	<u>(175.423)</u>	<u>(60.265)</u>

Custo dos serviços (d)

Vale S.A	(764.646)	(869.800)
Ferrovia Centro Atlântica S.A	(615.724)	(573.664)
Log-in Logística Intermodal S.A	(7.392)	(7.392)
VLI S/A	(107)	
	<u>(1.387.869)</u>	<u>(1.450.856)</u>

- (d) Os valores relativos a custos dos serviços vendidos em 2014 e 2013 são relacionados aos custos incorridos da prestação de serviços oriundas dos contratos entre a Companhia, a FCA, Vale S.A e a Log-in Logística Intermodal S.A..
- (e) As despesas com processos de suporte representam os gastos com serviços prestados pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC), envolvendo os processos transacionais financeiros, TI e jurídico.
- (f) O valor refere-se a receitas com recuperação de despesas e à penalidade contratual relativa ao não cumprimento do volume mínimo de carga transportada, conforme estabelecido no Contrato de Prestação de Serviços de Transporte com a Vale S.A. e Ferrovia Centro Atlântica S.A.
- (g) Refere-se a “take or pay” oriundo do Contrato de Prestação de Serviço e ao repasse de faturamento de frete de transporte ferroviário recebido indevidamente pela Vale S.A...
- (h) O valor de (2013 - R\$ 78.467) referem-se ao compartilhamento de custos e despesas administrativas da VLI S.A conforme contrato celebrado entre as partes.
- (i) Refere-se ao custo do contrato de aluguel de locomotivas e vagões assinado entre a Companhia e suas controladas Ferrovia Centro Atlântica S.A e Ferrovia Norte Sul S.A. O contrato terá vigência de 14 anos e será pago anualmente, sendo o valor ajustado pelo IGPM (Índice Geral de Preços Médios).

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela controladora VLI S.A..

4.29 Gestão de riscos financeiros

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2014 eram caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Despesas pagas antecipadamente, Demais contas a receber, Adiantamento para futuro aumento de Capital - AFAC, Empréstimos de Financiamentos, Fornecedores e Antecipações de clientes, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Instrumentos financeiros por categoria

Abaixo relacionamos os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 correspondem:

Ativos		
Contas a receber	164.396	115.248
Partes relacionadas	6.564	52.563
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	6.301	3.799
Aplicações financeiras	274.407	32.412
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	2.502.658	2.175.452
	2.953.226	2.379.474
Passivos		
Fornecedores	147.675	37.784
Empréstimos e financiamentos	1.145.438	182.553
Partes relacionadas	171.610	235.685
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	2.336.631	1.820.279
	3.801.354	2.276.301

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos riscos financeiros de mercado (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa) risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos em 2014 e em 2013.

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo VLI.

a) Risco de mercado

Risco de preço

Considerando a natureza dos negócios e operações da Companhia, o principal fator de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos.

O aumento dos custos de insumos, como por exemplo, o óleo diesel (principal insumo), levaria a um aumento do frete ferroviário, e poderia deixar os produtos agrícolas em desvantagem no mercado externo refletindo diretamente nos resultados da Companhia.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelos contratos de empréstimos e financiamentos que terão taxas de juros fixas e aplicações financeiras que são de curto prazo e remuneradas pela CDI; que não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral. O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas.

Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com conseqüente minimização de perdas individuais.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido conforme tabela abaixo.

Limite Máximo Consolidado - Brasil e Exterior

Rating Mínimo da Instituição de acordo com Agências S&P ou Fitch (1)	Patrimônio Líquido da instituição (2)	Disponível de Caixa (3)
brAA	10%	45%
brAA-	10%	30%
brA	5%	20%
brA-	5%	5%

- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações contábeis, patrimônio líquido e “*rating*” visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

d) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo VLI.

O passivo líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Total passivo	3.834.607	2.285.461
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(280.708)	(36.211)
	<u>3.553.899</u>	<u>2.249.250</u>
Patrimônio líquido	4.122.107	3.964.565
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	2.336.631	1.820.279
Total patrimônio líquido+ AFAC	<u>6.458.738</u>	<u>5.784.844</u>
	<u>55,78%</u>	<u>38,88%</u>

5 - ADMINISTRAÇÃO E DIRETORES

Diretoria

Marcello Magistrini Spinelli

Diretor Presidente

Marcus Vinícius de Faria Penteadó

Diretor

Fabiano Bodanezi Lorenzi

Diretor

Rodrigo Saba Ruggiero

Diretor

Gustavo Serrão Chaves

Diretor

Fabio Stewson de Souza

Contador

CRC-MG 45.913/O-6 “S” RJ